

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

O papel da escola no resgate a Educação em Direitos Humanos. Um pé na realidade da escola e outro no coração da família do século XXI.

**Autor: Edna Mazo Versori¹
Orientador: Tiago Pereira Leite²**

RESUMO

O presente artigo, objetiva apresentar uma proposta de intervenção pedagógica, atinente ao Programa de Desenvolvimento da Educação Pública do Paraná (PDE), desenvolvido no município de Assis Chateaubriand, Colégio Estadual Bragantina – Ensino Fundamental e Médio, com alunos do 8º ano matutino, Ensino Fundamental Final. Como sustentação, foi cumprida a implementação em um período de 32 horas contando com vídeos, roda de conversa, pesquisas, levantamento de dados, dinâmica, exposição oral, confecção de cartazes e contação de história. A avaliação foi participativa e através de dinâmicas. Por meio deste estudo, buscou-se fortalecer e ampliar a educação para a aprendizagem em Educação em Direitos Humanos, visando à vivência de uma cultura de direitos, para que respeitem o outro e a si mesmo, e para que compreendam e valorizem a diversidade sociocultural e a convivência livre de conflitos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Família; Escola; Valores Humanos.

1. INTRODUÇÃO

Diante da realidade social que nos é apresentada, seja em nossa casa, na rua, em nossa comunidade e na mídia, é necessário aprofundar os estudos sobre Educação em Direitos Humanos, visto que os direitos são conquistas alcançadas com intensa luta social, e que estão diretamente relacionados com a dignidade da

¹ Professora Graduada em Português e Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama e Pós Graduada (Lato-Senso) na área da Educação, Intitulada “O Processo Ensino-Aprendizagem: Uma Fundamentação Filosófica – Antropológica e Técnico Pedagógica e pela Universidade Norte do Paraná, Administração, Supervisão e Orientação Educacional.

² Orientador do PDE, Dr. Tiago Pereira Leite, Professor da UNIOESTE – Universidade Estadual do Paraná.

pessoa humana. Nesta trilha, destacamos a importância de enfrentar os problemas sociais, bem como a necessidade de protegê-los e ajudá-los para que tenham eficácia plena na garantia da dignidade da pessoa humana.

A escola exerce um papel fundamental na promoção da mudança na sociedade em geral, é um local onde há diversidade e nas quais diferentes grupos, identidades e culturas manifestam-se buscando reconhecimento. Assim, é necessário levar em conta as questões sobre a diversidade, com olhares atentos considerando todos com igualdade de valores e de direitos.

A partir do momento que esses diferentes grupos, identidades e culturas manifestam-se buscando reconhecimento, se percebe a preocupação em transformar-se a si mesmo, a sua realidade e a do outro, o qual se torna agente transformador da sociedade.

Para que ocorram essas mudanças, precisamos ter uma comunidade escolar comprometida com as metas traçadas, onde todos trabalhem de igual por igual pela educação. No espaço escolar, principalmente no meio dos pré-adolescentes observamos que cada vez mais tem sido palco dos conflitos existentes relacionados à discriminação em relação à raça/etnia, tais como: brigas, discussões, bullying, rejeições.

Ouvimos com grande repetição tanto na sala como no espaço escolar do recreio, palavras ofensivas, expressões de menosprezo em relação aos colegas, funcionários, professores e é claro que não poderíamos deixar de mencionar os pedagogos, constituindo assim umas das maiores dificuldades encontradas por nós na prática educativa. Atitudes como estas, têm gerado muita indisciplina e fazem surgir uma série de questões específicas no que diz respeito aos problemas ligados ao preconceito e discriminação.

Então ao pensar EDH³, a escola se depara com princípio ético que diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas, fazendo com que o papel da escola se modifique, reconhecendo que o ato de educar exige do educador bem mais do que simplesmente passar conteúdos, o que vai fazer com que o professor tenha uma postura diferenciada, trabalhando. A escola deve sempre estar num

³ Educação em Direitos Humanos.

processo de reflexão sobre sua prática, pois é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se melhora a próxima.

Nossos exemplos estão presentes no convívio familiar, escolar e social, e são mecanismos influenciadores na formação da identidade dos educandos, por isso com o passar do tempo outros padrões vão surgindo, porém salientamos também que nem sempre esses exemplos provem de melhores condutas, pois nosso educando é influenciado não só pelos professores, mas por todo meio que o cerca: família, escola, amigos, redes sociais, mídia, enfim tudo que faz parte do meio em que está inserido, o que pode esclarecer situações ou atitudes já relatadas antes como: brigas, discussões, bullying, rejeições. Por isso, muitas vezes nos deparamos com alunos agindo erroneamente, achando estar correto, sendo isto consequência de uma vida sem limites.

Fortalecer e ampliar a educação para a aprendizagem de valores, visando à vivência de uma cultura de direitos humanos é muito importante, mas a dificuldade, por conseguinte, reside em buscar formas, maneiras de transmitir o conhecimento e despertar no próprio aluno o interesse pelos valores de extrema importância, destacando-se alguns como: autoestima, liberdade, consciência, direitos e deveres, justiça, verdade, paz, amor e solidariedade.

Para tanto, alguns objetivos gerais e específicos foram delimitados para atingir os educandos:

- Direcionar o aluno a reconhecer-se como sujeito de direitos e deveres para que possa assimilar os valores humanos.
- Realizar pesquisa com a família, os alunos e educadores sobre quais valores humanos de maior relevância;
- Levar aos alunos os esclarecimentos da constituição de 1988 no que diz respeito ao DH;
- Reconhecer os valores humanos e seus significados;
- Desenvolver o Hábito do silêncio para ouvir outras pessoas;
- Narrar histórias que tragam em seu contexto a valorização da Educação em Direitos Humanos;
- Identificar o perfil das famílias;

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO MUNDO EM CRISE

A sociedade está passando por um momento de crise, afetando assim a estrutura social, fazendo com que ocorra uma revolução nas atitudes sociais, cabe à escola refletir e se adaptar a esta nova sociedade, auxiliar na tarefa de desenvolver o trabalho de criticidade no educando, enfocando o despertar na EDH em cada aluno, formando, assim, um cidadão crítico.

Segundo Flávia Schilling (org.) (2011, p.150-152) educação em direitos humanos, não é diferente de uma educação para a democracia, entendida como um modo de vida e não como apenas uma forma de governo. Educação em direitos humanos é processo que forma, na vivência, um indivíduo que em momento algum perde a noção de que é um cidadão. Entende-se aí que escolas democráticas seriam espaços de exercício da autonomia.

As escolas democráticas, como a própria democracia, não surgem por acaso. Resultam de tentativas explícitas de educadores colocarem em prática os acordos e oportunidades que darão vida à democracia [...]. Esses acordos e oportunidades envolvem duas linhas de trabalho. Uma é criar estruturas e processos democráticos por meio dos quais a vida escolar se realize. A outra é criar um currículo que ofereça experiências democráticas aos jovens (Apple e Beane, 1997, p.20).

Assim, Flávia Schilling (org.) (2011, p.173-176) cita como Freire acreditou que “mudar é possível” e que a tradução dos direitos humanos em conquistas concretas e efetivas, de grande alcance social, é um desafio de toda a sociedade que, certamente, passa também pela educação em todos os seus níveis, modalidades e dimensões. Melhor explicando e utilizando como exemplo o próprio livro *Pedagogia da Autonomia*, o autor nos mostra a necessidade de superação dessas dicotomias, falando-nos da rigorosidade metódica da prática educativa e da relação dialética e dialógica entre ensino e pesquisa.

Perguntaríamos-nos como alguém que não se respeita e não respeita os seus próprios direitos, que às vezes nem o conhece e não sabe defendê-los, poderia ensinar outro alguém sobre o exercício de algum direito ou sobre outro conteúdo de forma crítica e emancipadora? Falta-lhe a abertura para aprender com a diversidade e buscar uma sociedade que consiga alcançar uma ética fundada no respeito às diferenças, significando conviver com elas, e não se isolando nos

guetos multiculturais que não enfrentam os desafios de uma radicalidade democrática para a convivência plena de direitos e deveres.

Ainda segundo Juan José Mosca e Luís Pérez Aguirre (1990, p.19-20), um dos maiores obstáculos para a difusão e educação dos Direitos Humanos é o abismo existente entre o discurso, as palavras, os fatos e as atitudes. Se um educador, se um sistema escolar, pretende educar para os Direitos Humanos, deve sempre começar por praticá-los. Não há educação para os Direitos Humanos, não há projeto educativo válido neste campo sem profundo compromisso social por torna-los realidade. Isto começa ao se descobrir que o próprio educando, sobretudo ele, possui Direitos inalienáveis e não manipuláveis.

Sem compromissos concretos não há educação em Direitos Humanos. Afirmamos que eles são uma conquista histórica e nascem da prática de grupos sociais determinados. É a partir da ação, do envolvimento, da participação em ações, grupos, campanhas, movimentos, iniciativas concretas, que ela se dá. O estímulo à prática é um dos componentes imprescindível desde as primeiras experiências de educação em Direitos Humanos. Nesta perspectiva, um componente que deve ser cuidado de modo especial é a construção de práticas coletivas e a participação em organizações e movimentos da sociedade civil. Trata-se de educar a partir da prática para a construção comunitária e a participação ativa no coletivo como aspectos fundamentais na luta dos Direitos Humanos (extraído do livro: Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos, vários autores, 1995, p.116).

Assim ao em pensar EDH, a escola depara com princípio ético, pois: “ética diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas” (PCN/MEC-ÉTICA, 1997, p.31), fazendo com que o papel da escola se modifique, reconhecendo que o ato de educar exige do educador bem mais do que simplesmente passar conteúdos, o que vai fazer com que o professor tenha uma postura ética, trabalhando EDH dentro das disciplinas sistematizadas. Nesse contexto, a relação entre professor e aluno assume uma importância fundamental, pois a postura do educador irá refletir diretamente nas atitudes do discente. A escola deve sempre estar num processo de reflexão sobre sua prática, pois “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1986, p.43 - 44).

A Ética constitui um dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC-ÉTICA, 1997) e reflete a preocupação para que a escola realize um trabalho que incentive a autonomia na constituição de

valores de cada aluno, ajudando-o a se posicionar nas relações sociais dentro da escola e da comunidade como um todo.

O educador deve procurar no próprio aluno os principais elementos de base, componentes de toda estrutura ética, pois são valores de extrema importância, destacam-se alguns: autoestima, liberdade, consciência, direitos e deveres, justiça, verdade, paz, amor, solidariedade, e outros. E este trabalho de educar não deve ter a pretensão de modelar o educando e sim de fornecer elementos para que ele mesmo encontre o caminho da convivência na sociedade (DACKO ET al., 2016).

Então educar seria o grande desafio? Mas temos muitas dúvidas que nos levam a alguns questionamentos. Martinelli (1996 p.15) diz que:

A vivência dos valores alicerça o caráter e reflete-se na conduta como uma conquista espiritual da personalidade. No dinamismo histórico, os valores permaneceram inalteráveis como herança divina em cada um de nós, apontando, sempre, na direção de evolução pelo autoconhecimento. Nesse grandioso drama humano, criado por nossos erros acertos, os valores abrem espaço e trazem inovações essenciais para a sobrevivência da espécie e o cumprimento do papel do ser humano na criação (MARTINELLI, 1996, p.15).

Sendo assim, o autor compreende os valores e acredita que trazem inovações essenciais para a sobrevivência, pois é muito promissor almejar uma formação capaz de entender e valorizar os valores humanos e vivenciá-los no meio social. Conforme Mesquita (2003, p.39) afirma que:

Educar é algo muito simples, é caminhar ao seu lado conduzindo-o, sendo os exemplos, pois o aprendizado acontece quando nossos exemplos são valiosos e desperta a confiança e o afeto da criança. O verdadeiro educador é o que caminha na nossa frente e nos desafia a fazer o mesmo, conduzindo-nos à vitória sobre dificuldades e limitações. Ensinar uma equação matemática, a ortografia correta ou qualquer outro tema acadêmico jamais deveria ser mais importante do que considerar o sentimento da criança, sua necessidade de aproximação, de afeto e de confiança. (MESQUITA, 2003, p.39).

Neste sentido, contar histórias leva os alunos a um mundo que só é imaginado ou desconhecido, de maneira que a experiência pode ser assimilada agradavelmente, revelando-se uma estratégia diferente de ensino e aproveitamento.

Ou seja, ouvir contar histórias é muito importante para a formação da criança, já que é o início da aprendizagem para ser leitor, e ser leitor é compreender não só as histórias escritas como os acontecimentos do seu cotidiano. É também contando histórias que preparamos a criança para vivenciar com mais segurança suas próprias dificuldades ou encontrar um caminho para sua resolução. É através delas que se pode sentir e viver importantes emoções como: a raiva, a tristeza, alegria, tranquilidade e tantas outras, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve. Diz também que: Ler é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário! (ABRAMOVICH, 1997, p. 17)

Ouvir histórias é alimento para a alma e para o corpo. Transmitem valores e virtudes além de proporcionar mais amor à vida e às crianças (TRAJANO, 2016). A cada conto os alunos se identificam com sua vida cotidiana, ou com personagens com os quais convive: a avó, o avô, o irmão, o cachorro entre outros e nos variados momentos vividos no seu ambiente social. O ato de ler, ouvir ou de contar uma história é capaz de ativar uma específica modalidade de pensamento: o narrativo.

Segundo Barbosa (2008), é provável que esta forma de pensamento coexista com o pensamento lógico-científico no interior das estruturas mentais exercendo, porém, uma função diferente: ocupa-se das intenções e das ações humanas e dos resultados gerados pelas mesmas. Dessa forma, o pensamento narrativo é intrinsecamente vinculado a uma dimensão subjetiva e emotiva, e emerge em todas as situações em que o sujeito busca compreender, de modo simbólico, a realidade que o circunda. O conto, seja este oral ou escrito, seria então um produto cultural fruto dessa modalidade de pensamento, sendo, portanto, presente desde sempre na vida dos indivíduos de qualquer tempo e cultura, pois para fazer parte de uma coletividade, “cada sujeito deve antes de tudo adquirir e partilhar o sistema simbólico do seu contexto sociocultural” (BARBOSA, 2008, p. 27).

A história contada é fundamentada tanto na formação educativa quanto na formação cultural da criança, já que quando a criança ouve uma história ela se apropria de sua ou de outras culturas, enriquece seu conhecimento ainda que superficialmente, mas no futuro terá possibilidade de buscar maiores informações,

pois a sua curiosidade já foi aguçada quando num conto infantil lhe foi passada uma nova descoberta (SILVA, 2011).

Por fim, a contação de histórias no âmbito escolar de acordo com Abramovich (1997), contar histórias para as crianças é sempre uma maneira de sorrir com situações vividas pelas personagens, é também suscitar o imaginário, despertar curiosidade, encontrar outras ideias. Também é uma possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, dos impasses, e das soluções que se vive na vida cotidiana.

3. METODOLOGIA

Quando pensamos no planejamento educacional e organização do trabalho escolar foi necessário todo esforço para fazer o aluno sentir, pensar, dar significado à vida, colocá-los motivados deixando claro o objetivo de acordo com sua realidade; atingir a interação dos mesmos com capacidade de mobilizar para solucionar os problemas; ter significado o conteúdo, porque o aluno aprende as coisas a partir das necessidades; saber o que quer e aonde quer chegar.

Para que isso se concretize foi preciso pensar numa perspectiva cidadã, fez-se necessário saber o significado da palavra “cidadania” aqui entendida como exercício pleno e democrático por parte da sociedade no que tange os seus direitos e deveres. Isso permitiu proporcionar ao educando momentos de reflexão sobre Educação em Direitos Humanos, deu a eles a oportunidade de participar das atividades e promover mudanças sociais e históricas, fazendo valer seus direitos e deveres que lhe foram conferidos.

No decorrer deste trabalho utilizou-se de imagens, vídeos e fragmentos de filmes sobre o tema (não publicadas aqui, pois foi necessário respeitar os direitos autorais), para que os alunos fizessem a reflexão, discussão e compreensão o tema discutido, proporcionando o envolvimento em todas as atividades.

4. RELATO DE IMPLEMENTAÇÃO

O Projeto de Intervenção se iniciou no primeiro semestre de 2016, nosso primeiro contato com o PDE, quando tivemos os nossos orientadores nos guiando para a construção deste projeto e da pesquisa bibliográfica. No segundo semestre de 2016 realizei o desenvolvimento da Unidade Didática, material didático que continha todo planejamento, que eu usaria com os alunos do 8º Ano, período matutino, público alvo do meu projeto que foi implementado durante o período vespertino, no Colégio Estadual Bragantina - Ensino Fundamental e Médio, distrito de Bragantina, município de Assis Chateaubriand, intitulado, **“O papel da escola no resgate a Educação em Direitos Humanos. Um pé na realidade da escola e outro no coração da família do século XXI.”** Em 2017 retomei minhas atividades juntamente com o corpo docente da instituição, a qual estou como diretora e realizei a implementação logo no primeiro semestre de 2017, entre os meses de fevereiro à junho do corrente ano. O Projeto de Intervenção Pedagógica foi norteado pela Produção Didático-Pedagógica e dividida em oito atividades assim descritas:

1º Encontro: Apresentação do Projeto de Intervenção e convite.

2º Encontro: Recreio das cores.

3º Encontro: Pais presentes na escola.

4º Encontro: Perfil da comunidade escolar.

5º Encontro: Descobrimos os valores humanos.

6º Encontro: Discussão, reflexão e compreensão dos valores.

7º Encontro: Contação de história.

8º Encontro: Montagem do livro.

Primeiramente iniciei minha implementação fazendo a apresentação para os alunos sobre o projeto de intervenção que iria desenvolver, motivando-os a participar das atividades que seriam propostos a partir daquele momento. Sugeri para os alunos que montássemos um caderno com todas as atividades que iriam desenvolver no período de fevereiro a junho. Fizemos o uso de textos, vídeos e pequenas imagens impressas, onde esclareci parte da declaração dos direitos humanos relacionando a fatos do dia a dia e nunca deixando de valorizar conhecimento empírico dos educandos.

No segundo encontro trabalhei uma dinâmica intitulada Recreio das Cores e foi tumultuada, pois foi difícil para os alunos permanecer com os colegas que tinham a mesma cor, quando o tempo estipulado terminou fizemos uma roda de conversa para que cada um explanasse o que sentiu com a atividade, ao final realizou uma explanação para desenvolver o senso de respeito aos limites adotado no espaço escolar.

Aluno A: Foi muito complicado, pois me senti vigiado, cuidado, e parecia que nenhum assunto fazia parte do momento.

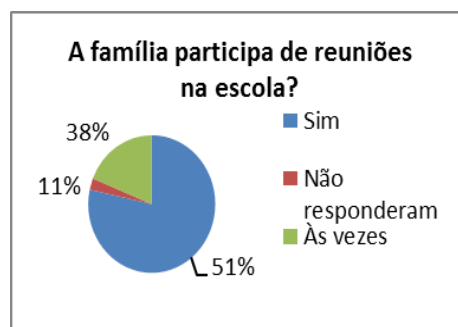
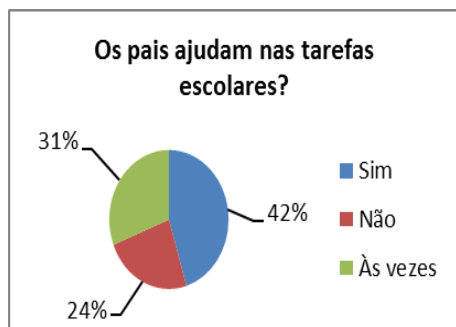
Aluno B: Pra mim não tinha assunto, não tenho costume de conversar com as pessoas, gosto de ficar mais sozinha, e não ser observada, falar qualquer bobeira, ser livre.

Aluno C: Ficar com pessoas, mesmo sendo alunos da mesma sala é algo esquisito, não tenho afinidade, são poucos os que me interessam ainda mais que essa história de direitos é coisa do passado, se a gente não tem a gente faz ter.

Esses depoimentos deixaram claros o quanto teríamos trabalho pela frente, e que teríamos que envolver os pais com o assunto.

Na terceira atividades foi o momento dos pais assistirem um vídeo dos direitos humanos – ONU⁴ - fizemos outra roda de conversa, onde pudemos dialogar sobre as diferenças que apesar de diferentes somos todos livres e iguais. E por isso, precisamos ser respeitados e protegidos. Então fizemos recortes de partes dos artigos mais importantes da Declaração dos direitos Humanos e montamos um pequeno caderno para levarem para casa.

Na quarta atividade, momento conflituoso, após pesquisa de campo realizada com o objetivo de diagnosticar o perfil da comunidade escolar envolvida no Projeto de Intervenção Pedagógica, constatou-se que maior parte dos pais e/ou responsáveis, sendo estes 51% participa de reuniões e convocações, porém alguns ainda não têm o costume de comparecer a escola para saber do rendimento escolar dos filhos (as), 38% somente participam às vezes e 11% não participam.



Há também fatores como o nível de escolaridade dos pais onde se percebe um número bastante significativo de pais que não tem o Ensino Fundamental completo e que conseqüentemente, apresentam grandes dificuldades de acompanhamento no desempenho escolar dos filhos, ficando para a escola o papel de orientar quanto a seus direitos e deveres e conseqüentemente os valores essenciais para a vida.

Diante da realidade analisada no contexto político, social e econômico, evidenciou-se a necessidade de trabalhar os valores humanos essenciais para a vida. E de acordo com os dados coletados percebeu-se que a escola deve se assumir como um espaço de convivência de formação e discussão ética, um local social privilegiado de construção dos conhecimentos através da Educação em Direitos Humanos, atribuindo ênfase aos valores humanos esquecidos pelas famílias, dos significados morais necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania, promovendo discussões sobre a dignidade do ser humano, igualdade de direito e deve-se priorizar no sentido de coibir qualquer forma de discriminação no ambiente escolar.

De acordo com a leitura dos dados, em especial quanto ao resultado sobre a participação dos pais na vida escolar dos filhos tem se a amostra que a família é a que esta deixando para o mundo “Educar”. Na quinta atividade trabalhamos os valores humanos através da atividade chamada Bolsa de Valores, onde realizamos o sorteio para organizar os dias que cada um levaria para casa a bolsa e juntamente com a família desenvolvessem a atividade obedecendo as regras. Então por dois meses isso acontecia paralelo as demais atividades e de acordo com os relatos realizados como feedback em todos os encontros que realizamos, percebemos o descontentamento dos filhos em relação a participação dos pais e

o quanto precisamos uns dos outros. Fomos até a sala de informática e pesquisamos o significado da palavra valor.

Na sexta atividade, realizamos muitas reflexões, discussões compreendendo assim os valores humanos essenciais para nossa vida utilizando-se de vídeos que fez parte da motivação para a sétima atividade,

A sétima atividade foi contação de história. As histórias estão sempre presentes no cotidiano das pessoas, através delas podemos viajar por caminhos que geralmente não iríamos. Então fizemos a história com interferência que contribui para que reconheçam o valor humano de maior relevância, o respeito. Na sequência contei as histórias: O cavalo no poço e A águia ou galinha para refletirmos sobre a falta de valores no dia a dia das pessoas.

Então chegou o grande dia, levei-os até a sala de informática, pesquisamos outras histórias que tinha relação com os valores trabalhados durante toda implementação. Revivemos momentos importantes através dos relatos positivos dos alunos e organizamos nosso livro de histórias que fez parte da oitava atividade. Esse encontro proporcionou o momento de assimilação dos conteúdos teóricos com a socialização da prática, onde eles puderam por meio da pesquisa demonstrar o que realmente aprenderam. A avaliação foi sempre uma preocupação durante toda implementação e ao final foi registrada e entregue a cada aluno que participou deste momento importante para o crescimento pessoal.

Com relação a aceitação do projeto de implementação pelos alunos, percebeu-se bastante interesse pelos temas desenvolvidos, uma boa participação. Compreendi que aos poucos mudaram positivamente de atitude no relacionado com os colegas, ficaram mais receptivos ao entendimento, tornando-os mais disciplinados, melhorando a ativez e preocupando-se com os estudos, despertando para aprendizagem e o melhor convívio social.

A implementação decorreu dentro do esperado, respeitando o que foi previsto e organizado. Tivemos dificuldades na parte tecnológica, o que não impediu a execução e o desenvolvimento dos trabalhos, pois a equipe pedagógica ajudou a superá-las.

5. CONTRIBUIÇÃO DO GTR

No primeiro semestre de 2017 concomitantes com a implementação do Projeto de Intervenção, fui tutora do GTR (Grupo de Trabalho em Rede), um curso EAD (Educação a Distância), que esta relacionada às atividades obrigatórias para a conclusão do PDE, onde, inicialmente tive inscritos vinte participantes, todos os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná, durante três meses seguidos, tendo início no mês de abril/2017 e o término em junho/2017. Concluímos com dez professores/as cursistas. O tema estudado foi o mesmo do projeto de Intervenção na Escola: O papel da escola no resgate a Educação em Direitos Humanos. Um pé na realidade da escola e outro no coração da família do século XXI. Depois das inscrições dos professores da Rede Estadual, instituiu o grupo de trabalho.

O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) ficou separado em três módulos, sendo o primeiro direcionado ao aprofundamento teórico sobre o tema estudado. Percebeu-se o interesse e debates por parte dos cursistas sobre a proposta em questão. Houve grande participação e contribuições dos colegas de modo a melhorar ainda mais o trabalho. No segundo módulo, os cursistas tinham o objetivo de socializar e refletir sobre as produções, através dos seguintes materiais de estudos: projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, a produção Didática Pedagógica (Unidade Didática produzida pelo professor PDE) e o texto “O projeto de intervenção pedagógica e a realidade escolar”. Neste módulo houve mais interação entre os cursistas, exigindo um comprometimento e responsabilidade ainda maior.

No terceiro e ultimo módulo, os professores teriam que fazer uma análise sobre a implementação do projeto de intervenção através do texto (Relato da Implementação), nele continha passo a passo de como se deu a implementação e a reação dos alunos e pais após seu término, então foi uma oportunidade para avaliar em que medida os mecanismos adotados estariam sendo efetivado na realidade do espaço educacional, podendo contribuir com formas possíveis para superar os obstáculos que permeiam nosso caminho durante nossa vida ativa na educação, propiciando aos cursistas, de posse dos conhecimentos construídos

juntos, durante todo o curso pelo grupo, elaborar estratégias para usar em sua escola, através das propostas e materiais apresentados.

Passaram três meses e foi clara a dedicação que tiveram ao trabalho apresentado, tanto por parte dos cursistas como da minha intensa relação como tutora. Percebi a aceitação e interesse dos professores quanto ao trabalho apresentado, como também pelo projeto de implementação. Salientaram que o exercício pleno dos direitos humanos só se faz com um compromisso com a comunidade. Assim, se desperta a consciência não para o individualismo, competitividade, e sim, para a coletividade e solidariedade.

Se despertarmos a consciência sobre o certo e o errado, partindo da noção de direitos, já vencemos pelo menos uma das batalhas enfrentadas nesse mundo, que para nós, é confuso, imagine para os adolescentes e crianças, e que através da escola que trabalha na formação dos alunos para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos, saber conviver com a diversidade não é tarefa fácil, porque nos desafia a questionar constantemente nossos valores, a rever posicionamentos e a incorporar novas crenças àquelas já existentes e muitas vezes cristalizadas dentro de nós.

Durante a execução do projeto na escola, os professores comentaram que esse projeto deveria ser contemplado no P.P.P. da instituição para ser aplicado durante todo ano letivo, por toda a equipe da escola. E que poderia ser realizado muitos outros projetos relacionados aos direitos humanos nas disciplinas escolares existentes. Um dos pontos que chamou atenção foi o debate juntamente com a sugestão de pesquisa bibliográficas, que contribuiu para o nosso crescimento como educadores e as trocas de experiências que proporcionou encaminhamentos para melhorar a Educação Pública do Paraná. É pensando positivo que podemos fazer a diferença na função que desempenhamos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) assegurou a nós, Educadores das Instituições Estaduais, a oportunidade de realizarmos momentos

de estudos bibliográficos atrelados a nossa disciplina, construindo e dividindo conhecimentos, a cerca das mudanças educacionais do ensino público, diretamente ligado á nossa realidade. Friso que isso tem uma importância grande, pois trás a formação diretamente para o ambiente o qual estamos habituados a ensinar e aprender juntos.

Para uma transformação social igualitária precisamos usar o poderoso instrumento que é a educação, por isso, cabe aos educadores uma cuidadosa formação para assim ter cidadão mais preparado para os desafios que são impostos pelos caminhos da vida em uma busca persistente e ativa pelos seus direitos.

Nesta perspectiva, adoção de práticas educativas democráticas aliadas ao papel e o compromisso do educador enquanto liderança ressalta que a escola é o lugar de maior importância para os alunos, pois trará a formação de um cidadão crítico e humano, desenvolvendo e proporcionando ações que promovam a busca pelo respeito aos direitos humanos (valores humanos), realçando o coletivo da escola, englobando todos os profissionais da educação, engajados a lutar e resolver os desafios educacionais, direcionado a conscientizar nossos educandos a pensar melhor sobre os direitos humanos e suas mudanças.

Quando pensamos em transformações sociais e históricas temos que nos remeter ao Projeto Político Pedagógico e no Regimento que nos guia. As leis da instituição precisam estar às claras para toda comunidade escolar, para que assim sejam cumpridas, só assim teremos uma sociedade mais justa e igualitária como mencionei anteriormente. A vida com mais dignidade, acesso a seus direitos, deve ser um sonho possível que acontecerá com a participação dos alunos nos projetos, fazendo-os pensar em uma participação mais ampla, intensa e justa para que essa cidadania seja uma realidade palpável a todos os cidadãos.

A repercussão positiva das atividades pela qual os alunos passaram e vivenciaram reforçou a ideia de desenvolver o projeto com outras turmas do estabelecimento, cabendo a Escola, muito mais do que instruir, mas integrar o aluno/a(s) na sociedade. Reconhecendo assim que poderemos transformar pela Educação e que é necessário respeitar a especificidade de cada pessoa, seu potencial, sua capacidade de transformação na sociedade a qual está inserido, só

assim teremos uma sociedade humanizada pela Educação em prol dos direitos tão almejados.

7. REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PNEDH - **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: 2006** - Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça. UNESCO, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/SEF. **Parâmetros Curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF. 1997.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

DACKO, Dirce et al. **Resgate de valores no espaço da escola**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/T C-CI0168.pdf>> Acesso em 15 de set, 2016.

MESQUITA, Maria Fernanda Nogueira. **Valores Humanos na Educação**. São Paulo: Editora Gente, 2003.

TRAJANO , Rosângela. **Efeitos Educacionais e Terapêuticos da Contação de Histórias**. Disponível em: <http://www.rosangelatrajano.com.br/contacaohistorias.pdf>> Acesso em 31 de maio de 2016.

Fischmann, Roseli, Educação, direitos humanos, tolerância e paz. Paidéia [en linea] 2001, 11 (Sinmes) Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305425346008>> ISSN 0103-863X.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008.

SAVELI, Esméria de Lourdes; TENREIRO, Maria Odete Vieira. **A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais**. 2012.

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 286 p.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 30 out 17.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. **Constituição Federal**. 8. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> . Acesso em: 09 set. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (9.394/96). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm . Acesso em: 09 set. 2016.